

# VIRUS

27

## 0 DEBATE DECOLONIAL EXPRESSÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH

REVISTA . JOURNAL

ISSN 2175-974X

CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

NOMADS.USP

[WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS](http://WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS)

DEZEMBRO 2023

NOMADS  
USP



# VI 27

## O DEBATE DECOLONIAL: EXPRESSÕES THE DECOLONIAL DEBATE: EXPRESSIONS

### EDITORIAL

- 001 O DEBATE DECOLONIAL: EXPRESSÕES  
THE DECOLONIAL DEBATE: EXPRESSIONS  
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, THAMYRES REIS, ISABELLA CAVALCANTI, CAIO MUNIZ

### ÁGORA

- 004 INVERTIR LA CARGA: PENSAR DESDE NUESTRA EXTERIORIDAD  
REVERSING THE LOADING: THINKING FROM OUR EXTERIORITY  
SILVIA VALIENTE
- 014 LIMIARES ESTÉTICO-POLÍTICOS DE UM SCHIBBOLETH LATINO NA TATE MODERN  
AESTHETIC-POLITICAL THRESHOLDS OF A LATIN SCHIBBOLETH AT TATE MODERN  
IGOR GUATELLI
- 025 LA MIRADA DE LOS OTROS MUNDOS Y SUS CONTRADICCIONES  
THE GAZE OF OTHER WORLDS AND THEIR CONTRADICTIONS  
JOSE ARISPE
- 038 ANÁLISIS DE LOS REGÍMENES DE REPRESENTACIÓN DE LA NATURALEZA Y EL DISEÑO DEL PLURIVERSO  
ANALYSIS OF NATURE REPRESENTATION REGIMES AND THE DESIGN OF THE PLURIVERSE  
DOMINGO CASTAÑEDA
- 048 DEL SILENCIO AL ESTALLIDO: COMUNIDADES INDÍGENAS Y PROTESTA SOCIAL EN COLOMBIA  
FROM SILENCE TO OUTBURST: INDIGENOUS COMMUNITIES AND SOCIAL PROTEST IN COLOMBIA  
MARÍA HOYOS, JAIME PARRA
- 058 MUJER INDÍGENA QUILLASINGA: SIGUIENDO HUELLAS, TEJIENDO TERRITORIO  
QUILLASINGA INDIGENOUS WOMEN: FOLLOWING FOOTSTEPS, WEAVING THE TERRITORY  
MARÍA CAMPIÑO, CARLOS DÍAZ
- 070 OS SABIÁS DIVINAM: VIAS DO SUL GLOBAL NA ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA  
SABIÁS DIVINE: PATHWAYS FROM THE GLOBAL SOUTH IN LINGUISTIC ANTHROPOLOGY  
GABRIEL GRUBER

083 LA PROPUESTA DECOLONIAL, TRANSCULTURAL Y NEOCULTURAL  
EN LOS CORTEJOS DEL DIABLO DE GERMÁN ESPINOSA  
THE DECOLONIAL, TRANSCULTURAL AND NEOCULTURAL PROPOSAL  
IN GERMÁN ESPINOSA'S LOS CORTEJOS DEL DIABLO  
MANUEL SANTIAGO ARANGO ROJAS

092 ARTE-AXÉ: A POESIA DECOLONIAL DOS ORIKIS VISUAIS  
ART-AXÉ: THE DECOLONIAL POETRY OF THE VISUAL ORIKIS  
FAGNER FERNANDES

105 DECOLONIALIDADE NA OBRA FOTOGRÁFICA DE WALTER FIRMO  
DECOLONIALITY IN THE PHOTOGRAPHIC WORK OF WALTER FIRMO  
CÂNDIDA DE OLIVEIRA, MURIEL AMARAL

## PROJETO

122 PROJETO AFROCENTRADO: RESGATANDO A MEMÓRIA NEGRA NA VILA MATILDE, SP  
AFROCENTERED PROJECT: RESCUING BLACK MEMORY IN THE VILA MATILDE DISTRICT, SAO PAULO  
GISELLY RODRIGUES, TAINÃ DOREA

ÁGORA  
AGORA

**OS SABIÁS DIVINAM: VIAS DO SUL GLOBAL NA ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA**  
**SABIÁS DIVINE: PATHWAYS FROM THE GLOBAL SOUTH IN LINGUISTIC ANTHROPOLOGY**  
GABRIEL GRUBER

**Gabriel Diniz Gruber de Oliveira** em licenciatura em Letras, bacharelado em Teologia e é Mestre em Linguística. É membro do grupo de pesquisa em Línguas Ameríndias da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa os temas de decolonialidade epistêmica, línguas indígenas, antropologia linguística, etnossintaxe e literatura hebraica clássica. gabriel.dgruber@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1421933956061176>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Gruber, G. D. (2023). Os sabiás divinam: vias do Sul Global na antropologia linguística. *VIRUS*, 27, 70-82.  
<http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/792>

## Resumo

O poeta Manoel de Barros dedicou grande parte de sua obra a apontar os limites do racionalismo e, por meio da poesia, propôs insurgências. Para isso, no primeiro tópico deste artigo, pretende-se teorizar sobre a colonialidade intrínseca dos estudos clássicos/hegemônicos da linguagem advindos da tradição ocidental e europeia, com seus princípios e projetos imperialistas e antropocêntricos incrustados e consubstanciais da linguística. No segundo e terceiro tópico, trata-se de alguns dos registros e propostas de abordagens insurgenciais ao longo da história da teoria linguística por meio da antropologia linguística em contato com as línguas indígenas. Abordando a desprovincialização da linguagem de seu viés eurocêntrico destacam-se os eixos de diferenciação ontológicos entre as naturezas linguísticas no Sul Global. Assim, o presente artigo tem como objetivo repensar e aprofundar as discussões antropológicas e linguísticas pelo Sul Global, usando como metodologia principal a análise qualitativa de bibliografias.

**Palavras-chave:** Decolonialidade; Linguística teórica; Antropologia linguística; Sul Global

## 1 Introdução

Quando o poeta brasileiro Manoel de Barros (1916-2014), menino do mato, escrevia, de nada sabia e só por meio da bênção de suas ignorâncias foi capaz de atingir o pleno conhecimento da *gramática expositiva do chão*<sup>1</sup>.

A ciência pode classificar e nomear todos os órgãos de um sabiá mas não pode medir seus encantos.

A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem nos encantos de um sabiá.

Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar: divinare.

Os sabiás divinam.

(BARROS, 1996, p. 53).

Reclamo que sua obra poética sirva como convocação de reconsiderações linguísticas de decolonização pela realidade do Sul Global, levando seus saberes e seres nos estudos da linguagem. Assim, buscando espaço na ciência para os sabiás divinarem, não esgarçando antigas e borrachudas práticas, mas renovando as ciências, tal qual Barros escreveu: “penso renovar o homem usando borboletas” (Barros, 2022, p. 24). Possibilitar os caminhos do absurdo poético no fazer científico ou como Barros menciona: “Desaprender oito horas por dia ensina os princípios” (2016, p. 15). Tudo a fim de contemplar “algumas palavras que ainda não tenham idioma” (Barros, 2016, p. 15), buscando a compreensão do que Barros usa como eixo e articulador de um re-encanto das palavras, “o delírio do verbo” (2016, p. 17). Assim, reiterando que a ciência linguística precisa ter uma abertura cósmica a fim de contemplar a plenitude da potência da linguagem para fora de parâmetros eurocêntricos, afirmo com Manoel que: “só as coisas rasteiras me celestam” (1996, p. 31).

A metodologia empregada no desenvolvimento deste artigo consiste na análise qualitativa de bibliografias relativas à antropologia linguística no Sul Global, assim como temas transversais a este, filosofia, linguística, decolonização epistêmica, línguas indígenas e a poesia de Manoel de Barros. Dentro desse viés, trazemos abordagens epistêmicas para serem articuladas, sendo estas a desprovincialização da linguagem, os eixos de diferenciação ontológica e a etnossintaxe.

## 2 A colonialidade da casa do ser

---

<sup>1</sup> Os trechos em itálico no primeiro parágrafo fazem referência a livros publicados do poeta.

O quanto da prefiguração do que **é** e do que se **pode ser** um humano afetou e afeta nossas concepções da potência da linguagem? Joana Pinto (2013) discorre sobre as dependências quase imperceptíveis que a prescrição gera na descrição linguística dentro do nosso próprio português brasileiro e o acarretamento da naturalização colonial. A linguista escreve que “[o]s limites entre descritivismo e prescritivismo são obscuros quando os discursos hegemônicos sobre a língua portuguesa ficam incólumes e as categorias sociais usadas para sustentar os alegados critérios de cientificidade não são submetidas à crítica.” (Pinto, 2013, p.129).

Segundo Harris (1981), estes limites indefinidos se dão pela constante manutenção de mitos sobre a (e na) linguagem pelas tradições coloniais europeias por meio de “dois grandes instrumentos da educação europeia, o livro de gramática e o dicionário” (Harris, 1981, p. 12). Tais recursos metalinguísticos, segundo Pinto (2013), têm criado e recriado os “efeitos de língua” que se auto-legitimam e propõem-se reguladoras das delimitações linguísticas. Tanto em línguas dos colonizados do Sul Global, quanto nas línguas dos colonizadores do Norte Global (Errington, 2001; Makoni & Pennycook, 2007; Mignolo, 2003; Quijano, 2005).

Makoni e Mashiri denunciam que “Dicionários, durante a era colonial, eram parte de um processo que encorajou os africanos a internalizarem a epistemologia europeia sobre si mesmos, criando uma nova visão sobre seus assuntos atuais e sobrepondo novos valores sobre seu passado.” (2007, p. 77). Aprofundando ainda mais, Makoni aponta que “[a] própria noção de línguas como unidades distintas, ou ‘caixas’, é um produto do positivismo europeu reforçado pelo letramento e padronização” (2003, p. 141). Não obstante, a consolidação das ciências humanas, tal qual a linguística, deu-se concomitantemente ao apogeu das invasões e estupros culturais da colonização, e conjuntamente aos movimentos geopolíticos internos da Europa de heterogeneização de suas nações (Errington, 2001; Mignolo, 2003; Camacho, 2010; Amorim Filho, 2023).

Não é, entretanto, exclusivamente no âmbito da fixação e da defesa de uma norma prescritiva que o processo ideológico tende a interferir no domínio da linguagem. A teoria da linguagem pode basear-se, ela mesma, em certos valores fundamentais, que confiam com os limites do conteúdo ideológico e apresentar, nesse caso, um caráter curiosamente normativo, ainda que o rejeite a princípio. Se, com efeito, procurarmos avaliar a contribuição que deu a linguística para mudar essa concepção, os resultados não ultrapassam a linha do alegado critério de cientificidade, mediante o qual é comum opor a linguística à gramática normativa sobre a base da dicotomia descritivismo/prescritivismo. (Camacho, 2010, p. 143).

Michel Foucault, em seu famoso debate com o linguista Noam Chomsky (2015), despende grande parte de sua retórica demonstrando que havia uma necessidade arquetípica imposta pelas condições metafísicas do racionalismo nas “condições científicas”. Todavia, ultrapassando essa corrente filosófica, tal necessidade autoimposta passou por baixo dos radares de diversas críticas filosóficas posteriores, assim como filosofias muito anteriores, quando também se deu o estudo formal da gramática, uma proto-linguística, cujo estudo do “devia ser” ou “ideal” como afirma Marcos Bagno (2016) e Bárbara Weedwood (2002) eram o âmago que tudo mais orbitava. Segundo Foucault, foi no modelo burguês que se projetou o símbolo da utopia proletária do comunismo (2015, pp. 54-55), tal qual no modelo colonial pode-se projetar o símbolo da utopia decolonial. Aí mora o perigo. Usar os instrumentos coloniais, os dados coloniais, os recursos metalinguísticos coloniais, mesmo com intenções decoloniais, o fantasma do que fomentou a organização formal do estudo da gramática no mundo helênico está constantemente sobre a ciência.

Em sua obra *A Caminho da Linguagem* (2003), o filósofo alemão Martin Heidegger lida com a ontologia da linguagem, indicando que esta está entrelaçada no mais essencial da ontologia humana. Para ele, “a linguagem ela mesma é linguagem” (Heidegger, 2003, p. 8) e isto não se trata de tautologia, mas do fato da singularidade que sua natureza se apresentava. A linguagem, para o filósofo, não se trata nem de “expressão” nem de “atividade” humana, mas do próprio conduto da realização do real e, portanto, “[a] linguagem fala” (Heidegger, 2003, p. 14).

Em suma, “se a única forma de se falar da linguagem por meio da linguagem, ela, portanto, não teria alguma interferência no entendimento de si mesma e de sua essência?” (Gruber, 2023, p. 28). Neste embate de buscar a essência da linguagem, Heidegger se declara inapto a achar uma conclusão, mas mira, portanto, um caminho para ela. Então, ao postular que “é a palavra que confere ser as coisas”, cunha a sua famosa sentença: “a linguagem é a casa do ser” (Heidegger, 2003, pp. 126-127). Isto é, aquilo que nos toca “na articulação mais íntima de nossa presença”, pois, para Heidegger (2003, p. 121), até mesmo qualquer teorização, expressão, efetivação e afeto sobre a experiência vivente de ser humano, sua essência ou pragmática, depende da linguagem e sua essência.

Todavia, no terceiro capítulo de sua obra, o filósofo europeu reconta uma encruzilhada que se depara ao entrar em um profundo diálogo com um estudioso e nativo da língua japonesa sobre o conceito da “casa do ser” e a traduzibilidade de *ethos* e essências culturais, nota-se facilmente os limites e abismos entre suas línguas, suas “casas” de naturezas heterogêneas. É dito que “se, pela linguagem, o homem mora na reivindicação do ser, então nós europeus, pelo visto, moramos numa casa totalmente diferente” (Heidegger, 2003, p. 73). Mas só mencionar este ponto não é o bastante, há uma discussão lacônica em toda a obra e vida de Heidegger que o compromete. Sua falta de percepção e interesse pela colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2008; Mignolo, 2003) pressupõe um universo de seres estruturalmente assimétricos em seus poderes, culturas, saberes e corpos.

Frantz Fanon (2008) afirma: “falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33), e um tremor ocorre, pois é deslocado grandemente a placa tectônica de onde se levantava as certezas ontológicas sobre a linguagem. Um novo eixo é revelado. Ao Molefi Kete Asanti (1988) dizer que “Toda linguagem é epistêmica” (como citado em Gonzalez, 2018 [1988], p. 78), a Antropologia Linguística desperta um novo modo de se pensar estas ciências. Fanon explicita que:

O negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa. Não ignoramos que esta é uma das atitudes do homem diante do Ser. Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito. (Fanon, 2008, p. 34).

Se a linguagem é a casa do ser, a colonização capacita a invasão e ocupação destas casas, e até mesmo sua destruição. A necessidade de apropriação da língua do colonizador ao mesmo tempo que servia de máscara branca sobre a pele negra dos colonizados reiterava e reitera seu lugar na zona do não-ser das pessoas racializadas no Sul Global, como afirma Gabriel Nascimento dos Santos (2023). O que lembra a potente discussão que bell hooks (2008) levanta a partir de um poema de Adrienne Rich que escreve: “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você”, o que leva hooks a replicar: “Como o desejo, a linguagem rompe, recusa-se a ser encerrada em fronteiras” (hooks, 2008, p. 857). E no que parece concordar com a íntima relação da ontologia da linguagem e do ser, continua, “ela mesma fala contra a nossa vontade em palavras e pensamentos que se intrometem, até mesmo violam os mais secretos espaços da mente e do corpo” (hooks, 2008, p. 857).

Para Maldonado-Torres (2008), a hamartia visceral que levou a filosofia ontológica heideggeriana endossar o racismo epistêmico do nazismo foi o esquecimento da geopolítica dos saberes, a topologia dos seres e a colonialidade dos poderes, todas entrelaçadas. De igual modo, o filósofo porto-riquenho menciona que nem em seus maiores opositores da época, feito o judeu Lévinas, a lógica imperialista era transcendida. Segundo Hardt e Negri, o Império “caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras”, sempre se tentando em “um regime que engloba efectivamente a totalidade do espaço” (Hardt & Negri, 2004, p. 14). Assim, quando se pensa em um único plano homogêneo estendido a todos os seres, conhecidos ou não, torna-se impossível não haver um processo de decantação que estabeleça hierarquias verticais entre os seres, possibilitando assim os projetos de sacrifícios seletivos das camadas mais irrelevantes. Todavia, como vimos em Fanon (2008), há um despertar nos antros acadêmicos. Mignolo sumariza:

A ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser. (Mignolo, 2004, p. 633 como citado em Maldonado-Torres, 2008, p. 89).

### 3 A desprovincialização da linguagem

Para Jan David Hauck (2023), a virada ontológica (Holbraad & Pedersen, 2017) “que desafia fundamentos conceituais ocidentais, como natureza, cultura, humanidade ou a noção de pessoa, frente a realidades etnográficas de outros lugares” (Hauck, 2023, p. 42), pouco se ouviu ressoar na Antropologia Linguística. E tal fato é, no mínimo, perigoso ao lembrar o peso epistêmico que as concepções de linguagem têm na formação de outros conceitos e ciências (Bauman & Briggs, 2003, p. 257).

As etnografias têm despertado noções ontológicas cada vez mais distintas sobre a linguagem que desafiam os postulados da linguística clássica e causa arrepios na Academia Intelectual hegemônica por desestruturar séculos de tradição colonial (Hauck,

2023, p. 42). Para implementação desses dados, Bauman e Briggs sugerem a “desprovincialização da linguagem” (Bauman & Briggs, 2003, p. 68), isto é, cessar com a dependência de pressupostos, teorias e propostas europeias na representação de experiências e conceitos não-europeias na prática acadêmica (Chakrabarty, 2000; Maldonado-Torres, 2008; Pinto, 2013).

Para Chakrabarty, tal compreensão do que **é**, ou **pode ser**, a linguagem tem funcionado como o “referente silencioso” sobre qual as práticas linguísticas são avaliadas, permitindo visões amputadas de sua integralidade (Chakrabarty, 2000, p. 28). Em consonância, Bauman e Briggs (2003) apontam uma forma de consagração de desigualdades estruturais e institucionais pelos processos gêmeos da purificação ideológica da linguagem (onde a língua é tida como autônoma em suas representações e traços indexicais com concepções de humanidade, natureza e conjunto social). A isso tudo, ainda, é somado a hibridização indexical, que faz a língua passar a, cada vez mais, ser entendida como os modos de falar de figuras “ideais”, isto é, nas diversas concepções elitistas.

O que Jan David Hauck (2023) propõe, com muita cautela e humildade, é a condição de que as propostas decoloniais do Sul Global não sejam nem projeções, e menos ainda antíteses, das teses científico-ideológicas do Norte Global. A dependência ontológica da antítese reside na tese que ela se opõe. A rigor, isto aponta, não para uma negação da ciência do Norte, nem para usar suas próprias armas para lutar contra ela, mas no método da desprovincialização da linguagem perante a provincialização da Europa.

Os empenhos de diversas comunidades indígenas de lutar para revitalizar suas línguas em risco de extinção pelas formas de padronização e institucionalização a base dos conceitos e concepções de linguagem europeia; diversas outras comunidades que se esforçaram, e se esforçam bravamente, para a adoção da língua do colonizador; isso seria um desreconhecimento, a mera “colonização de sua consciência”? Hauck (2023, pp. 47-49) foge desta ingenuidade e afirma que há uma grande diferença de práticas de sobrevivência e resistência de comunidades que pleiteiam a vida de toda a floresta que fazem parte e uma rendição ao Norte Global; a necessidade e o ataque imperial não partilham de uma mesma fundamentação.

Makoni e Pennycook (2020) também reiteram que buscar uma visão alternativa de linguagem depende também de constantemente, e exaustivamente, explicar ao que elas são alternativas, sempre trazendo consigo o fantasma do Norte Global para todo novo caminho, a fazendo ser quase sempre um debate interno do Norte para o Norte. Sua exortação culmina no Sul Global “buscar formas alternativas de conhecimento para renovação” da Antropologia (e) Linguística (Makoni & Pennycook, 2020, p. 58).

#### 4 Os eixos de diferenciação ontológica

Agora, como lidar com as línguas indígenas no Sul Global e no Brasil, sabendo de seu peso ontológico enquanto casas do *ser*, a heterogeneidade e colonialidade do(s) ser(es) e os caminhos da desprovincialização da linguagem?

Pensar em diferenças ontológicas deve ser “antes de tudo um convite à pausa” na antropologia linguística; é um convite a “Abandonarmos nossas suposições *a priori* sobre o que a linguagem é e permanecermos abertos à linguagem de outro jeito”, levando em conta que as suposições “sobre a agência, subjetividade ou materialidade dos ‘recursos’ linguísticos e humanos envolvidos” são provinciais (Hauck, 2023, p. 63). O que podemos denominar aqui como estar integralmente aberto para a experiência dos absurdos e encantos *manoelescos*<sup>2</sup> da não dissecação dos encantos dos sabiás.

Não é proposto uma tipologia de ontologias de linguagem, mas, reconhecendo as múltiplas ontologias, faz-se necessário pensar em eixos de diferenciação ontológica linguística (Gal & Irvine, 2019; Hauck, 2023), atentos não na miríade, mas no ponto de torção entre as ontologias trabalhadas. Alguns dos exemplos de como isso pode se dar também foram coletados por Hauck (2023).

No sul do Chile, o povo mapuche é bilíngue, costumeiramente falando espanhol e *mcomo citado emungun*, que possuem uma relação assimétrica entre si, chegando ser uma falta de respeito o uso do espanhol em contextos como rituais. Isto porque a língua *mcomo citado emungun* é para os mapuches coextensiva com o *newen*, força constitutiva de todos os seres (Course, 2011, 2018). Nota-se os eixos de diferença ontológica em sua própria nomenclatura, enquanto o espanhol se chama *winkadungun* (*winka* denomina o

<sup>2</sup> Neologismo para denominar aquilo que deriva de Manoel de Barros e sua poética.



povo branco invasor), *mcomo citado emungun* não se enquadra enquanto como a língua de um grupo de humanos, mas a língua/fala (*dungun*) de *mapu*, que é a própria terra.

Dizer que a linguagem tem sua própria “força” não é personificá-la ou negar que ela possa servir às intenções do falante, mas antes sugerir que seu excesso ou potencialidade é do mesmo tipo que, ou contínuo com a força essencial da qual todas as coisas são manifestações. (Course, 2011, p. 796).

Course reflete que essa assimetria deva categorizar o espanhol e o *mcomo citado emungun* como “tipos de coisas fundamentalmente diferentes”, já que a primeira é tido como um sistema de representação em signos de forma arbitrária sobre o mundo, enquanto a segunda é parte constituinte do mundo, ultrapassando as agências e intenções humanas (Course, 2018, p. 12). Sendo assim, “[a]s duas ‘línguas’ não se juntam em um nível superior como espécimes diferentes do mesmo tipo (linguagem), mas devem ser entendidas como tendo diferentes naturezas linguísticas” (Hauck, 2023, p. 59), tal qual Heidegger (2003) apontava entre o alemão e o japonês.

Estudando os sakhas, povo da Sibéria, Ferguson relata que as palavras de sua língua são tidas como tendo “um poder agentivo muito real no mundo” (2019, p. 22), pois são dotadas de uma espécie de espírito guardião denominada *ichchi*, que seria uma essência espiritual tal qual existe no lago, na árvore, no fogo, haveria o *tyl ichchite* (espírito guardião da linguagem).

Esse caráter vivaz, ou anímico, da linguagem, por sua vez, implica uma certa relação com o falante; para os Sakha que mantém essa crença, a linguagem tem tanto seu próprio poder intrínseco, quanto o poder que foi impregnado nela pelo locutor das palavras; agir no mundo por meio da linguagem assume, assim, certas qualidades agentivas. (Ferguson, 2019, p. 28).

Dessa maneira, para a nação sakha, a linguagem não é apenas uma técnica usada para e pelos seres humanos no falar sobre as coisas e seus estados, mas a linguagem em si é um ser dotado de intervenções agentivas. Assim, esta faria parte de uma “ontologia mais ampla que configura terra, língua, antepassados e criaturas que apreenderiam tal língua como partes de um sistema integral” (Ferguson, 2019, p. 99).

Podemos, assim, estar diante de dois eixos de contraste ontológico que se cruzam. Por um lado, a natureza linguística da linguagem em geral, nessas comunidades, difere consideravelmente das ocidentais; por outro lado, diferentes línguas usadas nessas comunidades também podem ser de naturezas linguísticas diferentes. Suspeito que, na maioria das vezes, encontraremos vários eixos de diferenciação em uma determinada comunidade, e elucidar seus relacionamentos requer uma análise cuidadosa. (Hauck, 2023, p. 60).

Outros casos que muito contribuem para o entendimento das pluralidades de eixos de diferenciação ontológica são ligados à compreensão da linguagem enquanto uma substância, como para a nação dogon, localizada em Mali, que entendem as palavras como um dos fluidos corporais, sendo este alocado na clavícula, e para serem faladas são aquecidas no fígado, evaporam para os pulmões e são expelidas pela laringe e boca. Enquanto isso, nos ouvidos do interlocutor, elas são absorvidas e re-condensadas (Calame-Griaule, 1965, pp. 58-74).

Emanuele Fabiano (2015) realiza uma pesquisa sobre povos nos quais sua fala, em formato de cantos, são tidas como uma espécie de fluido também. Walker (2018) baseia-se nessas pesquisas para comentar sobre os *baau*, uma espécie de canto curativo para crianças vítimas de magias de espíritos e outros não-humanos, no povo urarina da Amazônia peruana. Para que a cura ocorra, Walker (2018) descreve que alguém experiente em *baau* deve sussurrar em uma tigela com algum líquido, como o leite materno e, quando as palavras entram no corpo, elas “tingem” o sangue da criança, aliviando assim seus sintomas. Assim, “[a]s palavras são consideradas sujeitas à absorção direta pelo corpo, em vez de interpretação pela mente” (Walker, 2018, p. 16). E aqui há um ponto muito relevante: tanto com os dogons, quanto com os urarinas, as palavras não só são dotadas de substancialidade fluida, mas possuem agentividade, força própria e certo grau de autonomia anímica (Calame-Griaule, 1965, p. 32; Walker, 2018, p. 16).

Algo fundamental que a virada ontológica precisa trazer concomitantemente com sua virada epistêmica (ou, como chamada por Maldonado-Torres (2008), giro decolonial) é partir da percepção da integralidade máxima da realidade estudada, o que implica inevitavelmente perceber que a concepção da ontologia da linguagem entram em “assemblagens” maiores de outras ontologias

internas, com dinâmicas próprias entre si (Kroskirty, 2018, p. 134), isso pois os entendimentos linguísticos são indissociáveis de outros entendimentos. Hauck (2023) sintetiza: “Não podemos simplesmente tentar descobrir múltiplas ontologias de linguagem, deixando intacto o restante de nossa metafísica.” (Hauck, 2023, p. 61).

Nisso se pode mencionar o trabalho realizado por Durazzo e Bonfim (2023), no qual se argumenta que áreas de grande contato multilíngue são tidas como áreas culturais pela Etnolinguística Ameríndia, onde há uma riqueza típica das trocas linguísticas entre diferentes troncos, tal qual é o Alto do Rio Negro e o Alto Xingu, não têm levado em conta áreas onde a vitalidade linguística tem sido mantida graças a seres não-humanos, como o Nordeste. Por lá, “mestres encantados” não somente mostram seu conhecimento dos idiomas indígenas, mas têm garantido sua continuidade (Durazzo & Bonfim, 2023, p. 130). Tais línguas são denominadas como línguas encantadas, categoria que traz o “reconhecimento etnolinguístico de diferentes dinâmicas e categorias nativas observadas entre os povos originários da região, a saber, seus processos sócio-rituais e cosmopolíticos” (Durazzo & Bonfim, 2023, p. 131).

No famoso registro etnográfico da cosmologia yanomami de Bruce Albert pela voz do xamã Davi Kopenawa (2019), algo constantemente tocado é o caráter altamente divergente entre a língua dos *napë* (brancos) e *Teosi* (ancestral primordial que rejeita a floresta) de sua língua, pois esta é ligada a *Omama* (ancestral primordial herói) e os *xapiris* (espíritos protetores da floresta).

Para Kopenawa (2019), a língua dos *napë* é retratada como “palavra das mercadorias”, que conduzem a mente e o ethos do povo invasor que tem causados genocídios intermináveis a seu povo. Enquanto isso, a sua língua é tida constantemente como consubstancial da floresta em que habitam: “Os brancos talvez pensem que parariamos de defender nossa floresta caso nos dessem montanhas de suas mercadorias. Estão enganados. (...). Perderíamos nossas próprias palavras e isso nos levaria à morte.” (Albert & Kopenawa, 2019, p. 354). Discutir os efeitos da linguagem, seja a invasora ou a endêmica, sempre é discutir a vitalidade do povo yanomami.

A “língua fantasma” dos *napë* obstrui e seca os pensamentos, o que proíbe a existência plena (Albert & Kopenawa, 2019, pp. 226, 227, 353, 355). Nota-se que a língua *yanomam*, em conexão com a floresta, seus espíritos e seu Ancestral, permite a plena presença de seu povo e nação e, em um eixo de diferenciação ontológica, a língua de seus algozes “descumpre” tal presença, o que a torna uma presença des-presente, portanto, “fantasma” (Albert & Kopenawa, 2019, p. 227, 353, 354). Ainda muito podia ser discutido sobre a língua dos *xapiris*, também distinta ontologicamente da língua *yanomam*.

O que é proposto até aqui é a possibilidade de, por meio de um giro decolonial na linguística em coerência com a virada ontológica, acessar a experiência poética. Isto é, a permissão que a cosmopolítica traz de tornar tudo participativo e dinâmico no cosmos. Essa experiência poética não reside em processar diversas figuras de linguagem concomitantemente, mas experienciá-las ou, pelo menos, permiti-las existir denotativamente, rompendo assim a dicotomia científico/poético. Temos, como o poeta Manoel de Barros diz: feito a Natureza “Adoecer de nós”, botando “aflição nas pedras (Como fez Rodin).” (2016, p. 18). “As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis: Elas desejam ser olhadas de azul — Que nem uma criança que você olha de ave.” (Barros, 2016, p. 18, grifo do autor).

Sobre tal argumento, Amorim Filho (2023, p. 107) escreve que “[o] capitaloceno é consequência da instauração de um regime de coisificação total do mundo. Entendem-se como “coisas” fenômenos que perduram e têm imagens estáticas”. Dissertando os embates da dicotomia mencionada (científico/poético), um ponto ainda mais profundo de onde esta radica é resumida no que o autor chama de “ditadura das coisas” (Amorim Filho, 2023, pp. 107, 108, 111). A “coisa” é parte substancial do programa cartesiano da ciência onde a realidade é vista mecanicamente em eixos de coisa e movimento que se desdobram até mesmo em espaço e tempo e, em nossa gramática, enquanto substantivo/sujeito e verbo/predicado. Porém, ao discutir sobre políticas polirrítmicas, é argumentado que o que difere a coisa do ser em sua natureza estática não passa de uma falácia que tem encontrado manutenção constante pelo poder mercadológico que rege as geopolíticas e contratos sociais.

Coisas são perfeitamente aptas a se tornarem mercadorias. Os prédios e as montanhas são coisas, podem ser comprados e vendidos. Pode-se comprar um saco de gelo, mas quando ele virar poça, seu valor de mercado se esvai. No capitalismo, a

degradação das coisas serve ao propósito de criação de novas coisas. A duração larga é descartada em nome da fabricação de novidades, uma lógica que, no limite, transforma tudo em lucro ou lixo. (Amorim Filho, 2023, p. 108).

Algo de irônico surge ao notar que o surgimento das teorias humanistas se dá exatamente nas sociedades de maior poderio de regimes escravocratas, que deixaram um legado interminável pelo racismo estrutural (Amorim Filho 2023, p. 108), o que desperta a indagação de Krenak (2019, p. 13) se vale a pena lutar para fazer parte do clubismo que é isso que se chama de humanidade. Dizer que o colapso geológico do planeta se deve à categoria humana, sendo que ao se referir a humanidade somente uma parcela ínfima de capitalistas com um imensurável poder destrutivo a pode representar, é no mínimo hipócrita. Para Amorim Filho, a liberdade da “episteme científica vigente” que desconsidera “a equivalência ética dos seres” deve-se dar na dissolução da ditadura das coisas pela “democracia dos seres” que deve estar “alargando a abrangência da categoria de seres a diversos fenômenos considerados como coisas, reconhecendo suas agências e relativizando o suposto poder dos humanos” (Amorim Filho, 2023, p. 108).

Krenak reitera esse princípio ao comentar que: “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é um atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (Krenak, 2019, p. 49). Em sua obra *Futuro Ancestral* (2022) é dito:

Sempre estivemos perto da água, mas parece que aprendemos muito pouco com a fala dos rios. Esse exercício de escuta do que os cursos d’água comunicam foi produzindo em mim uma espécie de observação crítica das cidades, principalmente as grandes, se espalhando por cima dos corpos dos rios de maneira tão irreverente a ponto de não termos quase mais nenhum respeito por eles [...] Esse nosso rio-avô, chamado pelos brancos de rio Doce, cujas águas correm a menos de um quilômetro do quintal da minha casa, canta. Nas noites silenciosas, ouvimos sua voz e falamos com nosso rio-música [...] Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir. Por exemplo, ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos [...] respeitem a água e aprendam a sua linguagem. Vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam. (Krenak, 2022, p. 9-16).

77

Buzato e Severo, comentando esse trecho, escrevem que “Nesse contexto, o estatuto do que conta como linguagem e comunicação é conferido a todos os entes que são validados como integrantes da vida comum” (Buzato & Severo, 2023, p. 21). Porém, algo essencial é notar que a “democracia dos seres” pode cair em uma ingenuidade tremenda caso tente-se estabelecer qualquer parâmetro de escala equalizadora.

A implicação séria das temporalidades, das ocorrências, das durações e dos ritmos, enfim, provoca uma equalização diferente e ainda mais abrangente entre coisas, seres e eventos de toda natureza. Todas as coisas e seres estão sujeitos a transformações ao longo do tempo, mas o entendimento desse fato nos escapa na percepção cotidiana, porque estamos imersos na nossa própria escala temporal. Se consideramos as diferentes escalas, é possível conceber, por exemplo, (na escala geológica) o “nascimento” de uma montanha no momento de sua formação. (Amorim Filho, 2023, p. 109).

Possivelmente, a implicação mais relevante que a cosmopolítica que os polirritmos implicam é propor essas “alianças ético-estéticas com outros seres/eventos em escalas existenciais diversas” (Amorim Filho, 2023, p. 111) a ponto de abalar a estrutura cartesiana de perenidade estática. Mas como agora proceder ao notar que nossas próprias categorias mais basilares da gramática reproduzem e mantêm ideologias cartesianas que relegam ao universo descrito a categoria de coisas e movimentos, sintagmas nominais e verbais? Como seria possível no processo da linguística teórica abarcar tais desdobramentos? Como operar diante do cosmos de línguas indígenas que não participam das limitações e compromissos que moldaram nossas concepções de linguagem, sua ontologia, e sua organização científica, naturalmente, humanista, racista e especista?

## 5 O papel da etnossintaxe/semântica da gramática para as línguas indígenas brasileiras

Em seu livro *Memórias Inventadas*, Manoel de Barros (2009) escreve um poema em prosa chamado *Gramática do Povo Guató*, no qual relata seu encontro com o indígena Rogaciano que o ensina o aspecto fundante da gramática “mais pobre em extensão e mais rica em essência”, baseada em uma única ideia “[o]s verbos servem para emendar os nomes”.

E botava exemplos: Bentevi cuspiu no chão. O verbo cuspir emendava o bentevi com o chão. E mais: O cachorro comeu o osso. O verbo comer emendou o cachorro no osso. Foi o que me explicou Rogaciano sobre a Gramática do seu povo. Falou mais dois exemplos: Mariano perguntou: – Conhece fazer canoa pessoa? – Periga Albano fazer. Respondeu. Rogaciano, ele mesmo, não sabia nada, mas ensinava essa fala sem conectivos, sem bengala, sem adereços para a gurizada. Acho que eu gostasse de ouvir os nadas de Rogaciano não sabia. E aquele não saber me mandou de curioso para estudar linguística. Ao fim me pareceu tão sábio o Xamã dos Guatós quanto Sapir. (Barros, 2009, p. 105).

Tanto Sapir (1956), quanto seu aluno Whorf (1979), casando a etnografia com a linguística, anunciavam que “o 'mundo real' é, em grande parte, construído inconscientemente os hábitos linguísticos do grupo”, isto pois “Os mundos em que diferentes sociedades vivem são mundos distintos, não apenas o mesmo mundo com diferentes rótulos anexados”, assim “Vemos e ouvimos e experimentamos muito bem como nós, porque os hábitos linguísticos da nossa comunidade predis põem certas escolhas de interpretação”. (Sapir, 1956, p. 69, tradução nossa<sup>3</sup>).

Quando Barros (2009), também em sua poética provocativa do absurdo, explica a função de verbos que emendam os nomes nos convoca a pensar a limitação que nossas terminologias têm de representar o todo da língua guató que projeta em suas traduções experiências poéticas que o inspiram em sua, autodenominada, agramática que busca destronar regências.

No *artigo Pre-establish categories don't exist: consequences for language description and typology*, Haspelmath (2007) convida os linguistas teóricos a percepção que trazer caixas conceituais pré-feitas de uma cultura para analisar outra compromete os dados, pois nessas caixas já se acompanham diversas pressuposições e conceitos.

Em vez de encaixar os fenômenos observados no molde das categorias atualmente populares, o trabalho do linguista é descrever os fenômenos com o máximo de detalhes possível. Uma consequência da inexistência de categorias pré-estabelecidas para a tipologia é que a comparação não pode ser baseada em categorias, mas deve ser baseada em substância, pois a substância (ao contrário das categorias) é universal. (Haspelmath, 2007, p. 119 tradução nossa<sup>4</sup>).

Isso é, propor que a língua deva ter categorias gramaticais dadas de sua língua para ela ser validada enquanto língua é altamente problemático. Enfield (2002) menciona que a cultura dos gramáticos é projetada constante sobre as línguas descritas, isto por residir impregnado ainda a ideia da língua como um método de expressão mais do que uma maneira de ligação ontológica e epistêmica sobre a realidade (Whorf, 1979; Mignolo, 2003; Gonzalez, 2018 [1988]). Em tal contexto Anna Wierzbicka (1979, 1997) e Ken Hale (1966, 1986) começam a formular o que foi denominado como etnossintaxe ou semântica da gramática, que buscaria se estender a uma “perspectiva teórica que aborda o estudo dos fenômenos linguísticos intrinsecamente articulados aos aspectos das diversas sociedades”, que “revisita aos postulados de Sapir e Whorf”, ao afirmar que “sem o conhecimento linguístico, o etnógrafo falharia na compreensão de uma cultura” (De Paula, 2014, p. 107).

Tais desdobramentos causaram um importante impacto nos estudos de línguas indígenas brasileiras e aqui menciono três trabalhos: a dissertação *Uma floresta de universos além: a decolonialidade e a etnossintaxe como dever para com as línguas indígenas de Gruber* (2023), onde se aplica a etnossintaxe para análise de descrições de *mehinaku*; e o livro *A língua apyãwa* (Tapirapé) na perspectiva da *etnossintaxe* de Eunice Dias de Paula (2014), com uma das descrições mais pormenorizadas do processo de análise.

Já em seu artigo *Os xerente akwén, os animais e as plantas: uma revisita aos inalienáveis com a semântica da gramática*, Silvia Lucia B. Braggio analisa as relações de inerência intrínseca gramaticalmente marcada em diversas descrições, isso se dá de forma

<sup>3</sup> Do original em inglês: “(...) the 'real world' is to a large extent unconsciously built upon the language habits of the group. (...) The worlds in which different societies live are distinct worlds, not merely the same world with different labels attached (...) We see and hear and otherwise experience very largely as we do because the language habits of our community predispose certain choices of interpretation.

<sup>4</sup> Do original em inglês: “Instead of fitting observed phenomena into the mold of currently popular categories, the linguist's job is to describe the phenomena in as much detail as possible. A consequence of the non-existence of pre-established categories for typology is that comparison cannot be category-based, but must be substance-based, because substance (unlike categories) is universal”.

costumeira em línguas indígenas no que tange a léxico corporal e parentesco, entretanto de forma mais afinada para os *xerentes akwén* atingem percepções sobre voz, sons e sentimentos (Braggio, 2011, pp. 445-446).

A marcação morfológica da inalienação, tratada nos três trabalhos, está em completa conexão com sua etnografia da vida, criando assim uma classe “semântica gramatical”, tendo a participação de plantas e animais em construções morfossintáticas que indexam vozes e sentimentos, o que não inferimos valor metonímico, metafórico ou prosopopéico. Isso implica que falar sobre dor da árvore (*wde=sɛki*), ou que a pétala seria o lábio da flor (*rɔm=nîrnã=sdawahî*) não são aproximações, nem empréstimos poéticas de características humanas.

Somado a tal fator a relação semântica-social da inalienação precisa ser destacada. A ontologia dos entes é estabelecida ou manifestada em sua funcionalidade linguística quando se nota o uso da categorização inalienável. Tal palavra indica a não-existência do referido de forma independente a um pertencimento, algo muito definido. [...] Nisso afirmamos, o *Imiehünaku* entende, sente, pensa, e vive sua moradia, seu corpo, suas interações sociais e com os entes inalienáveis de maneira distinta do pesquisador que é de uma língua capitalizada pela ciência hegemônica. A proposta do uso da terminologia corporal para a moradia deve extrapolar a mera compreensão prosopopéica, assim como diversos povos vêm se manifestando para entendimentos além de figuras de linguagem. Considerar a possibilidade de fusão da linguagem de entes animados para entes inanimados como recurso poético ou metonímico tem levado a compreensão meramente folclorizada ou primitivizada das realidades indígenas. (Gruber, 2023, pp. 128-129).

O que desencadeia um entendimento de que ao descrever *pāi talalaka-pi* como as costelas da casa (paredes), *pāi-tfa'na-ti* como a boca da casa (porta), *pāi-tsewe* como os dentes da casa (vigas), não é sobre um aporte conotativo, ao ponto de perceber a relação da ideia uterina em *pāi-jāku* que indica uma sala de reclusão que culturalmente é usada como ambiente onde há uma forma de gestação (reclusão) até um nascimento para uma nova função social após o período (Gruber, 2023, p. 128). O que pode ser proposto ao analisar elementos morfo-semântico-sintáticos é que estes devem indicar características ontológicas da natureza do que descrevem, tendo uma relação profunda entre como a ontologia da língua expande ou suprime aspectos de seu eixo de diferenciação.

## 6 Conclusões

Há necessidade primordial de entender que os aparatos metalinguísticos eurocêntricos da gramática e o dicionários foram armas ideológicas sobre a prefiguração da ontologia linguística e, para o Sul Global trazer novas propostas de epistemologias que ultrapassem as prisões que estas podem impor, dependemos de um aporte que transpasse a linguística aplicada à teórica, passando pela antropologia linguística. Reverberar os limites que a ciência impõe à poesia e que a poesia impõe à ciência. Não se trata de medir os encantos do sabiá, como alertava Barros (1996), mas permitir que os sabiás divinem.

Neste artigo foi articulada uma tentativa de remendar a fratura colonial entre arte e ciência, questionando a delimitação que o objeto de estudo da linguística tem tido. Para tanto recobramos o potencial intrinsecamente ontológico e epistêmico que qualquer prática da/na linguagem possui e qual tem sido seu papel na disputa sobre a colonialidade dos saberes e seres.

A partir disso, propusemos repensar a linguagem para fora do provincialismo europeu que tem monopolizado epistemicamente as ciências, buscando a não invasão de uma ontologia da linguagem etnografada a outra, buscamos seguir rumo ao que Hauck (2023) nomeou como a busca pelos eixos de diferenciação ontológica para assim expandir as realidades do que a linguagem é em diversas culturas do Sul Global como os mapuches, sakhas, dongos, urarinas e yanomamis.

Finalmente, propomos caminhos metodológicos para lidar com a descrição e análise de línguas do Sul Global buscando uma etnografia linguística e, assim, apresentamos brevemente a Etnossintaxe e suas contribuições para uma nova linguística.

## Referências

Albert, B. & Kopenawa, D. (2019). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

Amorim Filho, P. (2023). Políticas polirrítmicas: o mundo é composto como música, mas não é uma sinfonia, in: Buzato, M. E. K.; Severo, C. G. (org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria. p. 96-114. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>

Bagno, M. (2016). *Preconceito lingüístico*. 56 ed. São Paulo: Edições Loyola.

Barros, M. (1996). *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record.

Barros, M. (2016). *O Livro das Ignorâncias*. São Paulo: Alfaguara.

Barros, M. (2009). *Memórias Inventadas*. São Paulo: Alfaguara.

Barros, M. (2022). *Retrato do artista enquanto coisa*. São Paulo: Alfaguara.

Bauman, R. & Briggs, C. L. (2003). *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Braggio, S. L. B. (2011). Os xerente akwen, os animais e as plantas: uma revisita aos inalienáveis com a semântica da gramática. *Signótica*, v. 23, n. 2, p. 439-458.

Buzato, M. E. K. & Severo, C. G. (2023). *Cosmopolítica e Linguagem*, in Buzato, M. E. K.; Severo, C. G. (org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria. p. 96-114. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>

Calame-Griaule, G. (1965). *Ethnologie et langage: La parole chez les Dogon*. Paris: Gallimard.

Camacho, R. G. (2010). *Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolinguística*. DELTA, São Paulo, v. 26, n. 1: 141-162.

Chakrabarty, D. (2000). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Chomsky, N & Foucault, M. (2015). *Natureza humana: justiça vs. poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Course, M. (2011). O nascimento da palavra: linguagem, força e autoridade ritual mapuche. Tradução F. F. L. B. Viana. *Revista de Antropologia*, v. 54, n. 2, p. 781-827.

Course, M. (2018). Words Beyond Meaning in Mapuche Language Ideology. *Language & Communication*, v. 63, p. 9-14.

De Paula A, E. D. (2014). *A Língua dos Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da Etnossintaxe*. Editora Curt Nimuendajú.

Durazzo, L. & Bonfim, E. (2023). A área etnolinguística das línguas encantadas: repensando os conceitos de língua, falante, transmissão e território nas retomadas de línguas indígenas, in: Buzato, M. E. K.; Severo, C. G. (org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria. p. 129-142. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>

Enfield, N. (2002). *Ethnosyntax: Explorations in Grammar and Culture*. Oxford University Press.

Errington, J. (2001). Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30: 19-39.

Fabiano, E. (2015). *'Le corps mange, tout comme la pensée soigne': Construction des corps et techniques de contamination dans la pratique chamanique urarina*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Etnologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (R. Silveira, Trad.). Salvador: EDUFBA.

Ferguson, J. (2019). *Words Like Birds: Sakha Language Discourses and Practices in the City*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Gal, S. & Irvine, J. T. (2019). *Signs of Difference: Language and Ideology in Social Life*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

Gonzalez, L. (2018). A categoria político-cultural da Amefricanidade (1988). *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea organizada e editada pela UCPA-União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 321-334.

Gruber, G. D. (2023). *Uma floresta de universos além: a decolonialidade e a etnossintaxe como dever para com as línguas indígenas*. 1 recurso online (158 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/10864>. Acesso em: 30 jul. 2023.

Hale, K. L. (1966). 'Kinship reflections in syntax: some Australian languages'. *In Word*, 22: 318–24.

Hale, K. L. (1986). 'Notes on world view and semantic categories: some Warlpiri examples'. In Pieter Muysken and Henk van Riemsdijk (eds.), *Features and Projections*. Dordrecht: Foris, 233–54.

Hardt, M. & Negri, A. (2004). *Império*. Trad.: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editora Livros do Brasil.

Harris, R. (1981). *The Language Myth*. London: Duckworth

Haspelmath, M. (2007). Pre-established categories don't exist: Consequences for language description and typology. *Linguistic Typology*, vol. 11, no. 1.

Hauck, J. D. (2023). A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico, in: Buzato, M. E. K.; Severo, C. G. (org.). *Cosmopolítica e Linguagem*. São Paulo: Letraria. p. 41-76. Disponível em: <https://www.lettraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>

Heidegger, M. (2003). *A Caminho da Linguagem*. Petrópolis: Editora Vozes.

Holbraad, M. & Pedersen, M. A. (2017). *The Ontological Turn: An Anthropological Exposition*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

hooks, b. (2008). Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, 16, 857-864.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Krenak, A. (2022). *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Kroskrity, P. V. (2018). On Recognizing Persistence in the Indigenous Language Ideologies of Multilingualism in Two Native American Communities. *Language & Communication*, v. 62, n. B, p. 133-144.

Makoni, S. (2003). From Misinvention to Desinvention of Language: Multilingualism and the South African Constitution, in: Makoni, S. et al (org.). *Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas*. New York: Routledge, pp. 132-151.

Makoni, S. & Mashiri, P. (2007). Critical Historiography: Does Language Planning in Africa Need a Construct of Language of Language as Part of its Theoretical Apparatus?, in: Makoni, S.; Pennycook, A. (orgs.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, pp. 62-89.

Makoni, S. & Pennycook, A. (2007). *Disinventing and Reconstituting Languages*. In: Makoni, S.; Pennycook, A. (org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2007. p. 1-41.

Makoni, S. & Pennycook, A. (2020). *Innovations and Challenges in Applied Linguistics from the Global South*. London: Routledge.

Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 71-114.

Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG

Pinto, J. P. (2013). Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português, in: Lopes, L. P. M (org.). *O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, p. 120-143.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, in: Lander, E. (org.). *Perspectivas latino-americano*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 227-278.

Santos, G. N. dos (2023). A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. *Gragoatá*, 28(60), e-53299. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53299.pt>

Sapir, E. (1956). *The Status of Linguistics as a Science: Culture, Language and Personality* (Ed. Mandelbaum D. G.). California: University of California Press.

Walker, H. (2018). On Logophagy and Truth: Interpretation Through Incorporation Among Peruvian Urarina. *Language & Communication*, v. 63, p. 15-22.

Weedwood, B. (2002). *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Editora Parábola.

Whorf, B. L. (1979). *Language, Thought and Reality*. (Ed. Carolls, J.), 14 ed. Cambridge: The M.I.T. Press.

Wierzbicka, A. (1979). Ethno-syntax and the philosophy of grammar. Studies in Language. *International Journal sponsored by the Foundation "Foundations of Language"*, v. 3, n. 3, p. 313-383.

Wierzbicka, A. (1997). *Understanding cultures through their key words: English, Russian, Polish, German, and Japanese*. Oxford University Press on Demand.